TC 011.984/2015-5

Tomada de contas especial

Ministério das Cidades

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em obediência ao Acórdão 854/2014-TCU- 1ª Câmara, em desfavor dos Srs. Carlos Alexandre Ferreira Silva e Frank Luiz da Cunha Garcia, ex-prefeitos municipais de Parintins/AM, em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Contrato de Repasse 233.240-15/2007, que teve por objeto a execução de urbanização de assentamentos precários naquele município. O contrato de repasse previa o valor total de R\$ 5.250.000,00, sendo R\$ 5.000.000,00 de responsabilidade da União e R\$ 250.000,00 correspondentes à contrapartida municipal (peça 1, p. 56-68).

2. O exame empreendido pela unidade técnica resultou em proposta uniforme de acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Carlos Alexandre Ferreira Silva, prefeito sucessor, julgar regulares suas contas e dar-lhe quitação plena; e, por outro lado, de rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Frank Luiz da Cunha Garcia, prefeito antecessor, julgar irregulares suas contas, condená-lo em débito e aplicar-lhe multa (peças 19 a 21).

3. Por meio do parecer na peça 22, externei entendimento contrário ao encaminhamento sugerido pela Secex-AM, e cogitei, naquela ocasião, a possibilidade de ouvir em audiência o Sr. Carlos Alexandre Ferreira Silva, em razão do não cumprimento da avença celebrada. Alternativamente, propus, caso não acatada a sugestão, o julgamento pela regularidade das contas dos responsáveis.

4. Mediante despacho na peça 25, Vossa Excelência concluiu que os autos deveriam ser saneados e determinou a realização de diligência à Caixa Econômica Federal, para que esclarecesse a situação do contrato de repasse, bem assim, apresentasse dados acerca da execução física da avença.

5. Após a realização da diligência, a unidade técnica voltou a instruir os autos, mantendo a proposta inicialmente formulada.

6. Em meu parecer anterior, registrei a compatibilidade da execução física apurada pela Caixa Econômica Federal com os dispêndios realizados, o que afastaria a responsabilidade do Sr. Frank Luiz da Cunha Garcia pelo débito apurado. Entretanto, as informações obtidas pela Secex-AM dão conta de que, embora existisse compatibilidade entre execução física e financeira do contrato, apenas 28 moradias foram concluídas e beneficiaram a população.

7. Ademais, a unidade técnica aprofundou o exame da responsabilidade do prefeito signatário da avença, destacando que o prazo inicialmente estabelecido para conclusão das obras era de 180 dias e que, mesmo após sucessivas prorrogações durante os dois mandatos do ex-alcaide, as casas não foram construídas nos quantitativos previstos. Ao todo, o Sr. Frank Luiz da Cunha Garcia dispôs de cerca de cinco anos para a conclusão das obras e, muito embora dispusesse de recursos financeiros para realização da integralidade dos serviços durante todo o período, deixou de implementar o objeto pactuado enquanto esteve à frente da prefeitura.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

8. Nesse sentido, considerando os novos elementos trazidos aos autos após a diligência efetuada, revejo meu posicionamento anterior, tendo em vista que o alcance dos objetivos pactuados deu-se apenas de forma parcial e com a utilização de montante significativo dos recursos repassados, abrangendo período bastante superior ao inicialmente previsto.

9. De qualquer modo, entendo que continua cabível a responsabilização do prefeito sucessor, tendo em vista que a vigência do ajuste adentrou o mandato do Sr. Carlos Alexandre Ferreira Silva, conforme aditivo na peça 1, p. 80, tendo perdurado ainda até 23/11/2013 (peça 1, p. 82), em razão de documento de prorrogação do qual foi, inclusive, signatário.

10. Assim, entendo que cabia ao responsável adotar medidas com vistas à continuidade das obras referentes ao contrato de repasse, a fim de evitar o desperdício da parcela já executada, motivo pelo qual deixo de cogitar a audiência inicialmente sugerida para propor a condenação solidária pelo dano apurado.

11. Nem mesmo a ação impetrada no intuito de recompor os cofres públicos socorre ao responsável, visto que a situação ora em exame não se amolda à Súmula 230 do TCU, relativa à omissão no dever de prestar contas, e sim ao desperdício de recursos oriundo do não aproveitamento de parcela de obra já executada.

12. Feitas essas considerações, entendo que a responsabilidade pela inexecução parcial dos serviços, e conseqüentemente pelo não aproveitamento dos recursos já empregados, deve ser atribuída aos dois ocupantes do cargo de prefeito durante a vigência do contrato de repasse, visto terem concorrido para o prejuízo causado aos cofres públicos.

13. Pela semelhança com a situação em análise nestes autos, menciono que houve condenação do signatário da avença e de seu sucessor no TC 000.290/2015-7 e no TC 013.910/2013-2, em que foram proferidos os Acórdãos 5.832/2017 e 3.221/2017, ambos da 2ª Câmara, esse último sob relatoria de Vossa Excelência e no qual me manifestei na forma regimental.

14. Ante o exposto, com as vênias de estilo por divergir parcialmente do encaminhamento sugerido pela Secex-AM, este membro do Ministério Público de Contas propõe que os Srs. Frank Luiz da Cunha Garcia e Carlos Alexandre Ferreira Silva tenham suas contas julgadas irregulares e respondam, em solidariedade, pelo débito apurado, sem prejuízo da aplicação individualizada da multa dele decorrente.

(assinado eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador